

1. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA

a) Informações gerais

A Mangels Industrial S.A. (Companhia ou Grupo) é uma sociedade por ações domiciliada no Brasil, sendo suas ações negociadas na BM&FBovespa. A sede social da Companhia está localizada à Rua Max Mangels Senior, 777, Mezanino, Vila Planalto, município de São Bernardo do Campo – SP.

A Companhia tem por objetivo a produção e venda de: rodas automotivas de alumínio, de recipientes de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) e tanques de ar combustível para ônibus e caminhões, prestação de serviços de requalificação em recipientes para GLP, separação e classificação de vasilhames vazios de GLP e centro de serviço de aço.

A Mangels alienou o negócio de Galvanização em setembro de 2012, descontinuou o negócio de estamparia destinado ao mercado de montadoras, desenvolvido na Unidade de Cilindros em Três Corações – MG e as atividades de têmpera, relaminação, decapagem e centro de serviços de aço, realizadas na fábrica localizada em São Bernardo do Campo – SP, em 2012 e 2013 respectivamente, com o objetivo de otimizar os seus resultados, fortalecer a sua posição financeira e capitalizar a Companhia.

b) Aprovação das Demonstrações Contábeis

A emissão das informações financeiras da Mangels Industrial S.A. e suas controladas (controladora e consolidado) foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 28 de março de 2016.

1.1. Recuperação judicial

Em 1º de novembro de 2013, a Companhia e as controladas Mangels Componentes da Amazônia Ltda. e E.Koga & Cia. Ltda. EPP ajuizaram ação de Recuperação Judicial.

No dia 5 dezembro de 2014, ocorreu a Assembleia Geral dos Credores que aprovou o Plano de Recuperação Judicial. E em 10 de dezembro de 2014 foi proferida a decisão homologatória da Recuperação Judicial, cuja publicação no Diário da Justiça Eletrônica se deu no dia 15 de dezembro de 2014.

Os detalhes do Plano de Recuperação foram divulgados nas Demonstrações Contábeis encerrada em 31 de dezembro de 2014 e encontram-se disponíveis no site da Companhia (www.mangels.com.br), bem como no site da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br).

Em cumprimento ao Plano de Recuperação Judicial, publicado em 15 de dezembro de 2014, a Companhia vem seguindo com rigor e disciplina todas as etapas descritas no Plano, principalmente o fluxo de pagamento aos credores. Acumulamos até dezembro de 2015 o total de R\$ 18,2 milhões pagos. Para 2016, temos programado em nosso fluxo de pagamento a credores, aproximadamente R\$ 43 milhões.

Conforme estabelecido na cláusula 5.1 (GOVERNANÇA) do Plano de recuperação judicial, a Companhia deve atender os seguintes covenants:

- Covenant 1: Dívida líquida financeira / EBITDA - 15,0 x
- Covenant 2: EBITDA (12 meses) / Dívida líquida financeira de curto prazo (com despesa financeira dos últimos 12 meses) – 0,4x;
- Covenant 3: Índice de liquidez corrente = Ativo Circulante / Passivo Circulante – 0,6x;

Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia cumpriu os Covenants 2 e 3, porém devido ao impacto da variação cambial e da crise Política Econômica, não conseguiu atingir o Covenant 1.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

2.1 Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos financeiros disponíveis para venda e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados a valor justo.

A preparação das demonstrações contábeis requer uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e de suas controladas.

Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações contábeis, não foram objeto de auditoria, ou revisão por parte de nossos auditores independentes.

2.2 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e conforme as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração.

Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

A Administração da Companhia declara e confirma que todas as informações relevantes próprias e constantes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão sendo evidenciadas e que correspondem às informações utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

2.3 Consolidação

2.3.1 Demonstrações contábeis consolidadas

As informações contábeis consolidadas são compostas pelas demonstrações contábeis da Mangels Industrial S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, apresentadas abaixo:

	Principal atividade	País-sede	Participação no capital social - %	
			31/12/2015	
			Direta	Indireta
Mangels Componentes da Amazônia Ltda	Comercialização de tiras e bobinas de aço	Brasil	99,99	-
Mangels International Corporation	Comercialização de produtos da Companhia	Ilhas Virgens Britânicas	100,00	-
Mangels USA Corporation	Comercialização de produtos da Companhia	EUA	-	100,00
E. Koga & Cia Ltda - EPP	Classificação de vasilhames vazios de GLP	Brasil	100,00	-

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta data na qual a Mangels Industrial S.A. detém o controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir.

As demonstrações contábeis das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes. Todos os saldos intergrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intergrupo, são eliminados por completo. Quando requerido, as políticas contábeis das controladas foram ajustadas para assegurar consistência com as políticas contábeis adotadas pela Companhia.

Uma transação na participação sobre uma controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuível aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações contábeis consolidadas preparadas de acordo com as IFRS's e as práticas contábeis adotadas no Brasil, bem como entre o patrimônio líquido e o resultado da controladora, constante nas demonstrações contábeis individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis

adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

2.3.2 Normas novas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo IASB e CVM

As alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e serão obrigatórias para períodos contábeis subsequentes, ou seja, a partir de 1º de janeiro de 2017. Não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte da Mangels.

Norma	Vigência	Principais pontos introduzidos pela norma	Impactos da adoção
IFRS9 Instrumentos Financeiros	1 de janeiro de 2018	A principal alteração refere-se aos casos onde o valor justo dos passivos financeiros calculado deve ser segregado de forma que a parte relativa ao valor justo correspondente ao risco do crédito da própria entidade seja reconhecida em “Outros resultados abrangentes” e não no resultado do período.	A administração está avaliando o impacto total de sua adoção.
IFRS15 Receita de contratos com clientes	1 de janeiro de 2017	Essa nova norma traz os princípios para o reconhecimento das receitas. As receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual uma entidade espera ter direito em troca da transferência de mercadorias ou serviços a um cliente. Os princípios na IFRS 15 contemplam uma abordagem mais estruturada para mensurar e reconhecer receita. A norma da nova receita é aplicável a todas as entidades e substituirá todas as atuais exigências de reconhecimento de receita, nos termos da IFRS.	A administração está avaliando o impacto total de sua adoção.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

2.4 Ativos não circulantes mantidos para venda e operações descontinuadas

Os grupos do ativo não circulante classificados como mantidos para venda são mensurados com base no menor valor entre o contábil e o valor justo, deduzidos dos custos de venda. Os grupos de ativo não circulante são classificados como mantidos para venda se seus valores contábeis forem recuperados por meio de uma transação de venda, em vez de por meio de uso contínuo. Essa condição é considerada cumprida apenas quando a venda for altamente provável e o grupo de

ativo ou de alienação estiver disponível para venda imediata na sua condição atual. A administração deve comprometer-se com a venda dentro de um ano a partir da data de sua classificação.

Uma vez classificados como mantidos para venda, os ativos não são depreciados ou amortizados.

2.5 Apresentações de informações por segmentos

As informações por segmentos de negócios são apresentadas de modo consistente com o processo decisório do principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais é a Diretoria da Companhia, responsável pela tomada das decisões estratégicas da Companhia, suportada pelo Conselho de Administração.

2.6 Conversão em moeda estrangeira

a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis de cada uma das empresas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação das demonstrações contábeis.

b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira exceto quando essas variações forem utilizadas como operações de hedge de investimentos líquidos, neste caso serão contabilizadas diretamente no patrimônio líquido.

c) Empresas do Grupo com moeda funcional diferente

Os resultados e a posição financeira das empresas sediadas no exterior (nenhuma das quais opera em economia considerada hiperinflacionária), cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação (Reais), são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

- ✓ Ativos e passivos, convertidos pela taxa de câmbio na data de fechamento do balanço;
- ✓ Receitas e despesas, convertidas pela taxa média de câmbio do mês em que estas são registradas; todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas no patrimônio líquido, na rubrica Ajustes Acumulados de Conversão, e são reconhecidas no resultado quando da realização dos investimentos.
- ✓ Ágio e ajustes de valor justo, decorrentes da aquisição de uma entidade no exterior são tratados como ativos e passivos da entidade no exterior e convertidos pela taxa de fechamento.

2.7 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

2.8 Ativos financeiros

2.8.1 Classificação

Sua classificação é determinada pela administração no seu reconhecimento inicial e depende da finalidade para o qual foram adquiridos. São duas categorias nas quais os ativos financeiros são classificados pela Companhia:

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo e é contabilizado no ativo circulante.

Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de hedge.

(b) Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não-circulantes).

Compreendem as contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo.

2.8.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia e suas controladas se comprometem a comprar ou vender o ativo.

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo de amortização, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham sido realizados ou tenham sido transferidos, neste último caso, desde que a Companhia e suas controladas tenham transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os ganhos ou perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado no exercício em que ocorrem. Os dividendos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, como por exemplo as ações, são reconhecidos na demonstração do resultado

como parte de outros resultados operacionais líquidos, quando é estabelecido o direito da Companhia de receber dividendos.

Os valores justos dos ativos e passivos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontado e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam no mínimo possíveis com informações geradas pela administração da própria Companhia.

2.8.3. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros podem ser reportados pelo valor líquido no balanço patrimonial unicamente quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.8.4 Impairment de ativos financeiros

A Companhia e suas controladas avaliam no final de cada exercício do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia e suas controladas usam para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem:

- Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - a) Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimos na carteira;

- b) Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimos na carteira; e
- c) Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

A Companhia e suas controladas avaliam em primeiro lugar se existe evidência objetiva de impairment.

O montante da perda por impairment é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por impairment é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia e suas controladas podem mensurar o impairment com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

2.9 Contas a receber de clientes

São registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes das vendas de produtos, acrescidos de variações cambiais, quando aplicável. As contas a receber de clientes referem-se na sua totalidade a operações de curto prazo e assim não são trazidas a valor presente por não representar ajustes relevantes nas demonstrações contábeis. As perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (PECLD ou impairment) são constituídas com base na análise dos riscos de realização dos créditos em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

As recuperações subsequentes de valores previamente baixados são creditadas contra "Outros resultados operacionais, líquidos", na demonstração do resultado.

2.10 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras ou da produção, inferior aos custos de reposição ou aos valores de realizações, dos dois o menor. As importações em andamento são demonstradas ao custo de cada importação.

O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade normal). O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

2.11 Imobilizado

Os itens do imobilizado estão demonstrados pelo seu custo de aquisição, formação ou construção, inclusive os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos que demandam certo tempo para ficar pronta menos depreciação acumulada apurada pelo método linear, considerando-

se a estimativa de vida útil econômica dos respectivos itens e que são revisadas ao final de cada exercício.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado e somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, no período de ocorrência.

O valor do ativo imobilizado é reduzido para seu valor recuperável, se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em “Outros resultados operacionais, líquidos”.

2.12 Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e os gastos são refletidos na demonstração do resultado no exercício em que forem incorridos.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil econômica estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômico futuros desses ativos, são contabilizadas por meio de mudanças no exercício ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis.

A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria consistente com a utilização do ativo intangível, e sua amortização é reconhecida de forma linear.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa.

Neste sentido, em 2013 a Companhia revisou seus ativos classificados como intangível e imobilizado e conclui pela baixa integral do ágio proveniente de expectativa de rentabilidade futura.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

A tabela a seguir apresenta um resumo das políticas aplicadas aos ativos intangíveis da Companhia e os valores estão representados na nota explicativa 13.

	Software	Desenvolvimento de sistemas
Vida útil	Definida	Definida
Método amortização utilizado	Linear	Linear

2.13 Impairment de ativos não-financeiros

Os ativos que tem uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para verificação de impairment. Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são testados apenas se existirem evidências objetivas (eventos ou mudanças de circunstâncias) de que o valor contábil pode não ser recuperável. Nesse sentido são considerados os efeitos de obsolescência, demanda concorrência e outros fatores econômicos. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos menores níveis para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC).

2.14 Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"), utilizando o método da taxa de juros efetiva, exceto aqueles que têm instrumentos derivativos de proteção, os quais serão avaliados ao seu valor justo.

Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

Em decorrência do pedido de Recuperação Judicial os financiamentos sujeitos a essa ação estão classificados em conformidade com o Plano de Recuperação, conforme discriminado na nota 1.1.

2.15 Contas a pagar a fornecedores e provisões

Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

São, inicialmente, reconhecidas pelo valor nominal e que equivale ao valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

Em decorrência do pedido de Recuperação Judicial os fornecedores sujeitos a essa ação estão classificados em conformidade com o Plano de Recuperação, conforme discriminado na nota 1.1.

Provisões

As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente legal ou não formalizada como resultado de eventos passados e que seja provável a necessidade de uma saída de recursos para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras. São mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, a qual reflita os riscos específicos da obrigação.

2.16 Benefícios aos empregados

Os benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem, em adição a remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social, férias, 13º salário), remunerações variáveis como: participação nos lucros, bônus.

a) Participação nos lucros

A Companhia e suas controladas remuneram seus colaboradores mediante participação no lucro líquido, de acordo com o desempenho verificado no exercício. Esta remuneração é reconhecida como passivo e uma despesa operacional nos resultados (custo dos produtos vendidos, despesas com vendas ou despesas administrativas) quando o colaborador atinge as condições de desempenho estabelecidas.

2.17 Impostos

Impostos sobre as vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto as autoridades fiscais, hipóteses em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item da despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas,
- Quando o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de vendas e serviços estão sujeitos aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: (i) Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI): depende da classificação fiscal de cada produto industrializado, prevalecendo à alíquota de 5% a 10%; (ii)

Programa de Integração Social (PIS): sistemática de cálculo não cumulativo a alíquota de 1,65%; (iii) Contribuição para Financiamento de Seguridade Social (COFINS): sistemática de cálculo não cumulativo a alíquota de 7,60%; (iv) Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviço (ICMS): sistemática de cálculo não cumulativo alíquota: 18% ou 17% (quando operação for interna), e 7% ou 12% (quando operação for interestadual); e (v) Imposto sobre Serviços (ISS): depende das normas de cada Município e do tipo de serviços, prevalecendo à alíquota de 2% a 5%.

Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

São calculados com base no resultado do exercício, antes da constituição do imposto de renda e contribuição social, ajustados pelas inclusões e exclusões previstas na legislação fiscal. O imposto de renda e a contribuição social diferido são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. Na prática as inclusões ao lucro contábil de despesas, ou as exclusões das receitas, ambas temporariamente não tributáveis, geram o registro de créditos ou débitos tributários diferidos.

Esses tributos são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montante a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos exceder o total devido na data do relatório.

Os impostos e contribuições diferidos são reconhecidos somente se for provável a sua compensação com lucros tributários futuros.

2.18 Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas.

A Companhia através de sua subsidiária Mangels Componentes da Amazônia Ltda., goza de redução do Imposto sobre a Renda e adicionais não restituíveis de 75%, concedida pelo governo federal, para o desenvolvimento regional nas áreas da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, para o exercício de 2009 a 2018, desde que obedecidas às seguintes obrigações:

- Cumprimento da legislação trabalhista e social das normas de proteção e controle do meio ambiente (Art. 14, inciso II, da Lei nº 6.938/81 do Decreto nº 94.075/94);
- Apresentação anual da declaração de rendimentos, indicando o valor da Redução correspondente a cada exercício, observando as normas em vigor sobre a matéria (Art. 34 do Decreto 67.527, de 11/11/1970);
- Proibição de distribuição aos sócios ou acionistas do valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução, sob pena de perda do incentivo e da obrigação de recolher, com relação à importância distribuída, o imposto que a Companhia tiver deixado de pagar, sem

prejuízo de incidência do imposto sobre o lucro distribuído como rendimento e das penalidades cabíveis;

- Obrigação de aplicar o valor da redução do IRPJ em atividade ligada à produção, na área de atuação da SUDAM.

O efeito da subvenção está demonstrado na Nota Explicativa nº 22.

2.19 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, descontos e abatimentos concedidos, bem como das eliminações de venda entre empresas do grupo, sendo reconhecida quando o valor desta pode ser mensurado com segurança, que seja provável que os benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos, detalhados a seguir estiverem atendidos para cada uma das atividades.

a) Venda de produtos

São reconhecidas no resultado quando da entrega dos produtos, bem como pela transferência dos riscos e benefícios ao comprador.

b) Prestação de serviços

São reconhecidas no resultado quando do desfecho da prestação do serviço, bem como quando os benefícios econômicos fruirão para o tomador do serviço.

c) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva.

Quando uma perda (impairment) é identificada em relação a um instrumento financeiro a Companhia e suas controladas reduzem o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa de juros efetiva original do instrumento.

3. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS

Na elaboração das demonstrações contábeis foram utilizados julgamentos, estimativas e premissas contábeis para contabilização de certos ativos e passivos e outras transações. A definição de estimas e julgamentos contábeis adotados pela Administração foi elaborada com a utilização de informações disponíveis na data, envolvendo experiência de eventos passados e previsão de eventos futuros. As demonstrações contábeis incluem várias estimativas tais como: vida útil dos bens do ativo imobilizado, realização de créditos tributários diferidos, impairment nas contas a receber de clientes, perdas nos estoques, provisão para contingências, gastos com a venda do imóvel de São Bernardo do Campo, entre outras.

a) Provisão para Desativação de Ativos

A Companhia descontinuou as atividades de têmpera, relaminação, decapagem e centro de serviços de aço, realizada na fábrica localizada em São Bernardo do Campo – SP, conforme divulgado nas Demonstrações Contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2012. Ao determinar o valor da provisão, premissas e estimativas são feitas em relação às taxas de desconto, ao custo esperado para a desativação e a época esperadas dos referidos custos. O valor contábil da provisão em 31 de dezembro de 2015 era de R\$ 24.351 e em 31 de dezembro de 2014 era de R\$ 24.863.

Todo o ativo imobilizado da fábrica de São Bernardo do Campo foi classificado como disponível para venda e foi efetuada a devida provisão de impairment para realização deste ativo. O valor contábil em 31 de dezembro de 2015 era de R\$ 17.064 e 31 dezembro de 2014 era de R\$ 19.714, vide nota 25.

b) Provisão para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas.

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Não houve alteração na política adotada pela Companhia sobre reconhecimento de provisão para causas cíveis e trabalhistas em relação àquela adotada no encerramento do exercício social de 2014.

c) Prejuízos Fiscais

A Companhia apresenta prejuízos fiscais a compensar em 31 de dezembro de 2015 no valor de R\$ 357.492 (em 31 de dezembro de 2014, R\$228.645). Esses prejuízos se referem a controladora e suas controladas, que apresentam histórico de prejuízos, estes não prescrevem e não podem ser utilizados para fins de compensação com lucro tributável em outra parte do grupo. A compensação dos prejuízos fiscais acumulados fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal.

A controladora apresenta diferenças temporárias tributáveis ou planejamentos fiscais que poderiam parcialmente justificar o reconhecimento de imposto diferido ativo, entretanto em decorrência da expectativa de realização futura, a Companhia deixou de reconhecer impostos diferidos ativos acumulado no montante de R\$364.464 (R\$235.010 referente ao exercício de 2014) e aplicou os conceitos de ajuste a valor presente das projeções da Companhia.

4. INVESTIMENTO EM CONTROLADAS

A Companhia detém participação acionária em empresas que se dedicam a produção, comercialização e prestação de serviços nos segmentos em que atua.

A seguir é apresentado um resumo das informações financeiras dos investimentos nas empresas mencionadas:

	31/12/2015			
	Mangels Componentes da Amazônia Ltda.	Mangels International Corporation	E. Koga & Cia Ltda. - EPP	Total
Ativo circulante	25.443	8.298	1.448	35.189
Ativo não circulante	10.279	-	232	10.511
	<u>35.722</u>	<u>8.298</u>	<u>1.680</u>	<u>45.700</u>
Passivo circulante	2.095	5.895	938	8.928
Passivo não circulante	8.062	-	99	8.161
	<u>10.157</u>	<u>5.895</u>	<u>1.037</u>	<u>17.089</u>
Patrimônio líquido	<u>25.565</u>	<u>2.403</u>	<u>643</u>	<u>28.611</u>
Resultado líquido do período	<u>763</u>	<u>70</u>	<u>375</u>	<u>1.208</u>

	31/12/2014			
	Mangels Componentes da Amazônia Ltda.	Mangels International Corporation	E. Koga & Cia Ltda. - EPP	Total
Ativo circulante	26.485	5.595	1.190	33.269
Ativo não circulante	10.474	-	207	10.681
	<u>36.959</u>	<u>5.595</u>	<u>1.397</u>	<u>43.950</u>
Passivo circulante	1.760	4.008	1.022	6.790
Passivo não circulante	10.398	-	106	10.504
	<u>12.158</u>	<u>4.008</u>	<u>1.128</u>	<u>17.294</u>
Patrimônio líquido	<u>24.801</u>	<u>1.587</u>	<u>269</u>	<u>26.657</u>
Resultado líquido do período	<u>3.064</u>	<u>(212)</u>	<u>195</u>	<u>3.047</u>

Saldos patrimoniais e transações nos períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014:

	31/12/2015			
	Ações ou quotas possuídas lote de mil	Participação da empresa no capital - % Direta	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo)
Mangels Componentes da Amazonia Ltda.	8.274	99,99	25.565	763
Mangels International Corporation	20	100	2.403	70
E.Koga e Cia Ltda. - EPP	12	100	643	375

	31/12/2014			
	Ações ou quotas possuídas lote de mil	Participação da empresa no capital - % Direta	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo)
Mangels Componentes da Amazonia Ltda.	8.274	99,99	24.801	3.064
Mangels International Corporation	20	100	1.587	(212)
E.Koga e Cia Ltda. - EPP	12	100	269	195

Movimentação dos investimentos

	Controladora			
	Mangels Componentes da Amazônia Ltda	E.Koga Ltda.	Mangels international Corporation	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014	24.801	269	1.587	26.657
Equivalência patrimonial	763	375	70	1.208
Variação cambial sobre investimentos	-	-	746	746
Saldo em 31 de dezembro de 2015	25.564	644	2.403	28.611

5. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Para fins de administração, a Companhia é dividida em unidades de negócio, com base nos produtos e serviços, com três segmentos operacionais sujeitos a divulgação de informações:

- Centro de Serviços de Aços: Instalado em Manaus (AM), o seguimento é responsável pelo fornecimento de tiras e bobinas laminadas a quente e frio, revestidas a zinco;
- Rodas: Situada em Três Corações (MG), a fábrica de rodas produz rodas de alumínio originais para montadoras de veículos;
- Cilindros: também situada em Três Corações, é responsável pela produção de cilindros para gás liquefeito de petróleo (GLP) e tanques de ar comprimido. A divisão possui o serviço de requalificação de cilindros para GLP, na própria planta de Três Corações mais cinco requalificadoras localizadas em Canoas (RS), Goiânia (GO), Feira de Santana (BA), Araucária (PR) e Paulínia (SP), além do centro de serviço de classificação de vasilhames vazios de GLP em Araucária (PR) e de fabricação de produtos estampados para os segmentos de infraestrutura.

A administração monitora separadamente os resultados operacionais das unidades de negócio, para poder tomar decisões sobre alocação de recursos e avaliar o desempenho.

O total de ativo por segmentos reportáveis em 31 de dezembro de 2015 está apresentado a seguir:

	31/12/2015					
	Manaus	Cilindros	Rodas	Outros (*)	Operação Descontinuada	Total
Ativos por segmento	35.722	77.897	165.057	41.597	76.920	397.193

	31/12/2014					
	Manaus	Cilindros	Rodas	Outros (*)	Operação Descontinuada	Total
Ativos por segmento	36.960	94.156	156.148	51.711	78.650	417.625

(*) refere-se ao caixa, equipamentos de informática, impostos a recuperar, entre outros ativos

<u>Unidade Aços - Manaus</u>			
	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>Variação</u>
Receita bruta	47.031	55.848	-16%
Receita líquida	43.147	52.209	-17%
<i>Mercado interno</i>	43.147	52.209	-17%
CPV	(37.954)	(44.106)	-14%
Lucro Bruto	<u>5.193</u>	<u>8.103</u>	<u>-36%</u>
<i>Margem bruta</i>	12,0%	15,5%	-3,5%
Despesas operacionais			
<i>Comerciais</i>	(1.038)	(829)	25%
<i>Administrativas</i>	(482)	(2.821)	-83%
<i>Outras (despesas) receitas líquidas</i>	345	(1.101)	-131%
	<u>(1.175)</u>	<u>(4.751)</u>	<u>-75%</u>
Resultado operacional	<u><u>4.018</u></u>	<u><u>3.352</u></u>	<u><u>20 p.p.</u></u>

Unidade Rodas

	31/12/2015	31/12/2014	Variação
Receita Bruta	303.167	284.191	7%
Receita Líquida	239.931	227.142	6%
<i>Mercado Interno</i>	223.334	207.407	8%
<i>Mercado Externo</i>	16.597	19.735	-16%
CPV	(236.236)	(216.345)	9%
Lucro Bruto	3.695	10.797	-66%
<i>Margem Bruta</i>	1,5%	4,8%	-3,2%
Despesas Operacionais			
<i>Comerciais</i>	(3.300)	(3.718)	-11%
<i>Administrativas</i>	(20.399)	(17.758)	15%
<i>Outras (despesas) receitas</i>	2.887	(8.216)	-135%
	(20.812)	(29.692)	-30%
Resultado Operacional	(17.117)	(18.895)	-9,4 p.p.

Unidade Cilindros

	31/12/2015	31/12/2014	Variação
Receita Bruta	187.942	227.692	-17,5%
Receita Líquida	144.399	170.590	-15,4%
<i>Mercado Interno</i>	141.953	165.480	-14,2%
<i>Mercado Externo</i>	2.446	5.110	-52,1%
CPV	(119.592)	(142.806)	-16,3%
Lucro Bruto	24.807	27.784	-10,7%
<i>Margem Bruta</i>	17,2%	16,3%	0,9%
Despesas Operacionais			
<i>Comerciais</i>	(5.428)	(7.264)	-25,3%
<i>Administrativas</i>	(12.037)	(14.243)	-15,5%
<i>Outras (despesas) receitas</i>	1.135	(5.338)	-121,3%
	(16.330)	(26.845)	-39,2%
Resultado Operacional	8.477	939	802,8 p.p

Informações geográficas

Receitas de clientes no exterior

	Consolidado			
	31/12/2015			
	Aços - Manaus	Rodas	Cilindros	Total
Receita Líquida	43.147	239.931	144.399	427.477
Mercado Interno	43.147	223.334	141.953	408.434
Mercado Externo	-	16.597	2.446	19.043
América do Sul e Central	-	16.597	2.446	19.043

	Consolidado			
	31/12/2014			
	Aços - Manaus	Rodas	Cilindros	Total
Receita Líquida	52.209	227.142	170.590	449.941
Mercado Interno	52.209	207.407	165.480	425.096
Mercado Externo	-	19.735	5.110	24.845
América do Sul e Central	-	19.735	5.110	24.845

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Análise dos instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas efetuaram avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento profissional e adoção de estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias, pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

Os instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas são apresentados em atendimento à Deliberação CVM nº. 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPCs 38 (IAS 39), 39 (IAS 32) e 40 (IFRS 7), e à Instrução CVM nº 475 de 17 de dezembro de 2008.

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores, transações com partes relacionadas e empréstimos e financiamentos, incluindo empréstimo para aquisição de ativo imobilizado.

Considerando a natureza dos instrumentos, excluindo-se os instrumentos financeiros derivativos, o valor justo é basicamente determinado pela aplicação do método do fluxo de caixa descontado. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores há três meses. Considerando o prazo e as características desses

instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

b) Mensuração a valor justo

A Companhia apresenta a seguir uma comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros apresentados nas demonstrações contábeis:

	Valor contábil		Consolidado	
			Valor justo	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Ativos Financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	35.236	42.631	35.236	42.631
Títulos e valores mobiliários	2.934	2.992	2.934	2.992
Contas a receber de clientes	32.237	34.727	32.237	34.727
Tributos a recuperar	20.134	22.492	20.134	22.492
	<u>90.541</u>	<u>102.842</u>	<u>90.541</u>	<u>102.842</u>
Passivos financeiros				
Fornecedores	37.310	49.315	37.310	49.315
Empréstimos e financiamentos	571.524	437.488	571.524	437.488
Tributos a recolher	6.875	7.105	6.875	7.105
	<u>615.709</u>	<u>493.908</u>	<u>615.709</u>	<u>493.908</u>

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

- *Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, tributos a recuperar, outros ativos financeiros, fornecedores e outras obrigações:* aproximam-se de seus valores de realização em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.
- *Títulos e valores mobiliários:* tem o valor de mercado mensurado através de cotações de preço na data das informações trimestrais e demonstrações contábeis.
- *Empréstimos e Financiamentos:* tem o valor de mercado mensurado com base no fluxo de caixa esperado, descontado a valor presente.

A tabela a seguir apresenta o nível de apuração do valor justo dos instrumentos financeiros. Estes instrumentos financeiros estão agrupados em níveis de 1 a 3 com base no grau em que seu valor justo é estimado, sendo:

Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis direta ou indiretamente; e

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

		Consolidado		
	31/12/2015	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos avaliados a valor justo				
Caixa e equivalentes de caixa	35.236	X	-	-
Títulos e valores mobiliários	2.934	-	X	-
Passivos avaliados a valor justo				
Empréstimos e financiamentos	571.524	X	-	-

Em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, a Companhia possuía direitos e obrigações em moeda estrangeira, conforme tabela a seguir:

	Controladora e Consolidado			
	Regime de Competência			
	Milhares de US\$		Milhares de R\$	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Direitos				
Caixa e equivalentes de caixa	1.826	3.380	7.131	8.979
Clientes	694	749	2.710	1.991
	<u>2.520</u>	<u>4.129</u>	<u>9.841</u>	<u>10.970</u>
Obrigações				
Empréstimos e financiamentos	(81.142)	(79.915)	(316.843)	(212.271)
Fornecedores	(7)	(1.179)	(26)	(3.130)
	<u>(81.149)</u>	<u>(81.094)</u>	<u>(316.869)</u>	<u>(215.402)</u>
Exposição líquida	<u>(78.629)</u>	<u>(76.965)</u>	<u>(307.028)</u>	<u>(204.432)</u>

a) Análise de sensibilidade

A Deliberação CVM nº 550 de 17 de outubro de 2008 dispõe que as companhias abertas devem divulgar em nota explicativa específica, informações qualitativas e quantitativas sobre todos os seus instrumentos financeiros, reconhecidos ou não como ativos ou passivos em seu balanço patrimonial.

Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação do CDI (para caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e empréstimos captados em moeda nacional); libor (para empréstimos captados no exterior) e dólar (clientes no mercado externo, fornecedores estrangeiros e empréstimos em moeda estrangeira).

Apresentamos, a seguir, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos

financeiros, incluindo os derivativos, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos significativos para a Companhia, com cenário mais provável (cenário I) segundo avaliação efetuada pela administração. Os cenários são demonstrados, nos termos determinados pela CVM, por meio da Instrução nº 475/08, a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários II e III).

A Companhia utilizou taxas de juros e dólar futuros projetados, obtidos junto ao Banco Central do Brasil na data do vencimento dos contratos. Dessa forma, as taxas praticadas para desenvolvimento do cenário I, foram às seguintes: Libor Semestral 0,8334% a.a., Dólar R\$ 3,9048 e CDI 14,14 % a.a.

		Consolidado		
		Variação		
Passivos	Riscos	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Dívida em US\$	Aumento da Libor	316.843	317.498	318.152
Dívida em US\$	Aumento do US\$	316.843	396.054	475.265
Dívida em moeda nacional	Aumento do CDI	254.681	262.569	270.456
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	Queda do CDI	22.729	22.025	21.321
Títulos e valores mobiliários	Queda do CDI	2.934	2.843	2.752
Caixa e equivalentes de caixa	Queda do US\$	7.131	5.348	3.566
Clientes	Queda do US\$	2.710	2.033	1.355

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

			Controladora		Consolidado	
			31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Em moeda nacional						
Certificado de Depósito Bancário - CDB	100,30	CDI	-	4.107	1.693	17.889
Operações compromissadas	101,75	CDI	15.302	10.687	21.036	10.687
Disponibilidade em conta-corrente			4.940	3.095	5.376	5.076
			<u>20.242</u>	<u>17.889</u>	<u>28.105</u>	<u>33.652</u>
Em moeda estrangeira						
Disponibilidade em conta corrente	0,35	Libor	7.131	8.632	7.131	8.979
			<u>7.131</u>	<u>8.632</u>	<u>7.131</u>	<u>8.979</u>
			<u>27.373</u>	<u>26.521</u>	<u>35.236</u>	<u>42.631</u>

8. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

			Controladora		Consolidado	
Remuneração média - %			31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Em moeda nacional						
Certificado de Depósito Bancário - CDB	99,30	CDI	2.429	2.769	2.934	2.992
			2.429	2.769	2.934	2.992

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
No Brasil	29.251	31.490	29.644	33.954
No Exterior	2.710	1.990	2.710	1.991
	<u>31.961</u>	<u>33.480</u>	<u>32.354</u>	<u>35.945</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(117)	(1.117)	(117)	(1.218)
	<u>31.844</u>	<u>32.363</u>	<u>32.237</u>	<u>34.727</u>

A seguir apresentamos os montantes a receber por idade de vencimento em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
A vencer	<u>30.178</u>	<u>30.573</u>	<u>30.551</u>	<u>32.628</u>
Títulos vencidos				
de 1 a 30 dias	1.571	1.247	1.591	1.554
de 31 a 60 dias	25	383	25	384
de 61 a 90 dias	11	54	11	54
de 91 a 180 dias	115	283	115	301
de 181 a 360 dias	49	482	49	534
mais de 360	12	458	12	490
	<u>1.783</u>	<u>2.907</u>	<u>1.803</u>	<u>3.317</u>
	<u>31.961</u>	<u>33.480</u>	<u>32.354</u>	<u>35.945</u>

As movimentações da provisão para créditos de liquidação duvidosa estão a seguir demonstradas:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	(1.117)	(1.218)
Complemento de Provisão	(697)	(871)
Valores estornados e não utilizados	1.697	1.972
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	(117)	(117)

10. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Produtos acabados	10.729	12.640	12.004	14.711
Produtos em processo	29.922	11.012	29.922	11.012
Matérias-primas	10.282	12.772	12.496	16.411
Materiais auxiliares	9.233	10.127	9.291	10.214
Adiantamento a fornecedores	122	3.874	4.415	6.854
Provisão para perdas no estoque	(9.434)	(4.805)	(9.792)	(5.205)
	50.854	45.620	58.336	53.997

As movimentações da provisão para perdas nos estoques estão a seguir demonstradas:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(4.805)	(5.205)
Complemento de provisão	(5.093)	(5.051)
Valores utilizados	464	464
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(9.434)	(9.792)

11. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
COFINS ⁽ⁱⁱ⁾	56	6.035	56	6.066
CSLL	1.817	1.695	1.829	1.955
ICMS ⁽ⁱ⁾	3.867	2.455	3.867	2.495
PIS e COFINS sobre o imobilizado	475	804	475	811
IPI	5.962	2.759	5.962	2.759
IRPJ	93	173	119	174
IRRF	6.755	6.047	6.858	6.078
PIS (ii)	968	2.150	968	2.151
Outros	-	-	-	3
	<u>19.993</u>	<u>22.118</u>	<u>20.134</u>	<u>22.492</u>
Circulante	19.561	20.009	19.702	20.383
Não circulante	432	2.109	432	2.109

- (i) O saldo a recuperar de ICMS é decorrente, basicamente, dos créditos sobre compra de insumos, utilizados na fabricação de produtos que tem regime de diferimento na venda e de aquisição de imobilizado, calculados conforme Decisão Normativa CAT N° 1° de 25 de abril de 2001, os quais estão sendo aproveitados em 48 parcelas.
- (ii) O saldo a recuperar de PIS e COFINS é decorrente dos créditos sobre compra de insumos, utilizados na fabricação de produtos que tem como regime de tributação o cálculo não cumulativo e de aquisição de ativo imobilizado, calculados conforme Lei 10.637/2002 os quais estão sendo aproveitados em 12 parcelas.

12. IMOBILIZADO

	Controladora							Total
	Terrenos	Edificações & benfeitorias	Equipamentos & instalações	Veículos	Movéis e utensílios	Outros	Imobilizado em andamento	
Saldo em 31/12/2014	4.481	21.046	106.245	514	1.355	118	7.063	140.822
Aquisição	-	18	6.118	394	22	-	9.700	16.252
Baixas - custo	-	-	(5.428)	(369)	(174)	-	(1.005)	(6.976)
Baixas - depreciação	-	-	4.537	305	161	-	-	5.003
Transferência	-	53	5.473	-	18	-	(5.471)	73
Depreciação	-	(730)	(14.044)	(266)	(259)	-	-	(15.299)
Saldo em 31/12/2015	4.481	20.387	102.901	578	1.123	118	10.287	139.875
Custo total	4.481	39.073	260.516	2.061	10.343	118	10.287	326.879
Depreciação acumulada	-	(18.686)	(157.615)	(1.483)	(9.220)	-	-	(187.004)
Valor residual	4.481	20.387	102.901	578	1.123	118	10.287	139.875
Taxa anual média de depreciação - %		2	6,3	20	11			

	Consolidado							Total
	Terrenos	Edificações & benfeitorias	Equipamentos & Instalações	Veículos	Movéis e utensílios	Outros	Imobilizado em andamento	
Saldo em 31/12/2014	4.516	27.102	110.535	533	1.420	118	7.065	151.289
Aquisição	-	18	6.422	444	34	-	9.758	16.676
Baixas - custo	-	-	(5.428)	(481)	(178)	-	(1.005)	(7.092)
Baixas - depreciação	-	-	4.537	370	164	-	-	5.071
Transferência	-	53	5.473	-	18	-	(5.471)	73
Depreciação	-	(970)	(14.962)	(283)	(274)	-	-	(16.489)
Saldos em 31/12/2015	4.516	26.203	106.577	583	1.184	118	10.347	149.528
Custo total	4.516	46.615	270.892	2.091	10.494	118	10.347	345.073
Depreciação acumulada	-	(20.412)	(164.315)	(1.508)	(9.310)	-	-	(195.545)
Valor residual	4.516	26.203	106.577	583	1.184	118	10.347	149.528
Taxa anual média de depreciação %		2,0	6,3	20,0	11,0			

- (a) O saldo do ativo imobilizado inclui avaliações por custo atribuído de terrenos, edifícios, equipamentos e instalações, sendo a última efetuada em 30 de setembro de 2007. Em 31 de dezembro de 2015, o saldo líquido dos bens avaliados é de R\$ 16.875 (R\$ 18.367 em 31 de dezembro de 2014), sendo nessa data o valor das depreciações acumuladas de R\$19.051 (R\$ 16.959 em 31 de dezembro de 2014).

Conforme disposição da Deliberação CVM nº 183/95, a parcela realizada da avaliação por custo atribuído líquida de imposto de renda e de contribuição social, foi transferida para "Prejuízos acumulados" e totalizou, nos períodos findos em 31 de dezembro 2015 R\$455 (R\$ 487 em 31 de dezembro de 2014).

- (b) Parte dos imóveis e equipamentos está vinculada como garantia para os empréstimos e financiamentos tomados junto a instituições financeiras nacionais e estrangeiras, conforme mencionado na Nota 14.

13. INTANGÍVEL

	Controladora e Consolidado			
	Software	Desenvolvimento de Sistemas	Outras	Total
Saldo em 31/12/2014	3.068	6.696	26	9.790
Aquisição	-	58	-	58
Amortização	(283)	(3.332)	(24)	(3.639)
Baixas - custo	-	(979)	-	(979)
Baixas - amortização	-	857	-	857
Saldo em 31/12/2015	2.785	3.300	2	6.087
Custo Total	4.299	21.861	158	26.318
Amortização	(1.514)	(18.561)	(156)	(20.231)
Valor residual	2.785	3.300	2	6.087

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

		Controladora		Consolidado	
	Juros % a.a.	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Sujeitos a recuperação judicial					
Moeda nacional					
Credores com garantia real	10				
Banco da Amazônia S/A		-	-	3.622	3.554
Credores quirografários - Opção A	CDI + 0,5				
Banco HSBC Bank Brasil S/A		77.563	67.959	77.563	67.959
Banco Itaú BBA S/A		66.283	56.330	66.283	56.330
Caixa Econômica Federal		6.914	6.113	6.914	6.113
Banco Safra S/A		8.552	7.493	8.552	7.493
Credores quirografários - Opção B	CDI + 0,5				
Banco do Brasil S/A		83.027	72.868	83.027	72.868
		242.339	210.763	245.961	214.317
Moeda estrangeira					
Credores com garantia real	2,5 a 5				
DEG		52.703	35.856	52.703	35.856
FMO		102.053	69.430	102.053	69.430
Credores quirografários - Opção A	Libor + 2,55				
Banco Bradesco S/A (credito em US\$)		143.088	92.003	143.088	92.003
Banco Votorantim S/A - crédito em US\$		18.999	14.982	18.999	14.982
		316.843	212.271	316.843	212.271
Não sujeito a recuperação judicial					
Credores fiduciários					
Banco da Amazônia S/A	10	-	-	5.103	6.479
Banco do Brasil S/A	4,5	3.617	4.422	3.617	4.421
		3.617	4.422	8.720	10.900
Total dos empréstimos e financiamentos		562.799	427.456	571.524	437.488
Circulante		20.153	1.001	20.916	1.299
Não Circulante		542.646	426.455	550.608	436.189

Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira estão atrelados a moeda norte americana.

Os empréstimos do DEG / FMO têm como garantia o imóvel, as instalações e os equipamentos da planta de São Bernardo do Campo, cujo montante está registrado na rubrica “Ativo de operações descontinuadas”.

O empréstimo junto ao BASA tem como garantia o imóvel, as instalações e os equipamentos da planta de Manaus, cujo valor contábil em 31 de dezembro de 2015 era de R\$ 9,5 milhões.

A dívida junto ao Banco do Brasil refere-se a operações de FINAME que tem como garantia o equipamento financiado.

A seguir seguem demonstrados os empréstimos e financiamentos por data de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
2015	-	1.001	-	1.299
2016	20.153	14.242	20.916	14.686
2017	54.037	38.343	54.863	39.231
2018	58.402	42.547	59.232	43.435
2019	73.078	54.637	73.907	55.525
2020	42.365	35.215	43.193	36.103
2021	42.678	35.529	43.508	36.417
2022	42.678	35.529	43.510	36.417
2023	54.747	46.987	55.580	47.875
2024	174.661	123.426	175.494	124.240
2025	-	-	834	2.260
2026 em diante	-	-	487	-
	<u>562.799</u>	<u>427.456</u>	<u>571.524</u>	<u>437.488</u>

15. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Sujeitos a recuperação judicial				
Moeda nacional				
Credores com garantia real	1.573	2.151	1.573	2.151
Credores quirografários				
Estratégicos	13.535	16.583	13.724	16.820
Outros	10.101	11.358	10.222	11.551
	<u>25.209</u>	<u>30.092</u>	<u>25.519</u>	<u>30.522</u>
Não sujeito a recuperação judicial				
Fornecedores nacionais	11.666	15.517	11.765	15.663
Fornecedores estrangeiros	26	3.130	26	3.130
	<u>11.692</u>	<u>18.647</u>	<u>11.791</u>	<u>18.793</u>
	<u>36.901</u>	<u>48.739</u>	<u>37.310</u>	<u>49.315</u>
Circulante	16.320	22.521	16.478	22.715
Não Circulante	20.581	26.218	20.832	26.600

A seguir seguem demonstrados os fornecedores por data de vencimento

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
2015	-	22.521	-	22.715
2016	16.320	4.276	16.478	4.313
2017	5.346	5.545	5.408	5.660
2018	5.300	5.545	5.366	5.660
2019	5.300	5.545	5.366	5.660
2020	1.545	1.769	1.564	1.769
2021	1.545	1.769	1.564	1.769
2022	1.545	1.769	1.564	1.769
	<u>36.901</u>	<u>48.739</u>	<u>37.310</u>	<u>49.315</u>

16. PROVISÃO PARA RISCOS E DISCUSSÕES JUDICIAIS

A Companhia é parte integrante em processos trabalhistas e tributários e outros em andamento e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores legais.

Abaixo demonstramos os saldos das provisões para riscos e discussões judiciais e dos respectivos depósitos em garantia de recursos:

	Controladora			
	Depósitos judiciais		Provisão para riscos e discussões judiciais	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Trabalhistas e previdenciárias	6.314	5.262	(16.777)	(14.144)
Tributárias	2.443	2.443	(5.912)	(5.912)
Outras	1.530	1.530	(3.910)	(3.910)
	<u>10.287</u>	<u>9.235</u>	<u>(26.599)</u>	<u>(23.966)</u>

A movimentação da provisão está demonstrada a seguir:

	Controladora			
	Trabalhistas e previdenciárias	Tributárias	Outras	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(14.144)	(5.912)	(3.910)	(23.966)
Adições	(3.333)	-	-	(3.333)
Baixas	700	-	-	700
Saldo em 31 de dezembro de 2015	<u>(16.777)</u>	<u>(5.912)</u>	<u>(3.910)</u>	<u>(26.599)</u>

	Consolidado			
	Depósitos judiciais		Provisão para riscos e discussões judiciais	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Trabalhistas e previdenciárias	6.380	5.305	(16.977)	(14.344)
Tributárias	3.048	2.443	(5.912)	(5.912)
Outras	1.816	1.780	(3.910)	(3.910)
	<u>11.244</u>	<u>9.528</u>	<u>(26.799)</u>	<u>(24.166)</u>

A movimentação da provisão está demonstrada a seguir:

	Consolidado			
	Trabalhistas e previdenciárias	Tributárias	Outras	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(14.344)	(5.912)	(3.910)	(24.166)
Adições	(3.333)	-	-	(3.333)
Baixas	700	-	-	700
Saldo em 31 de dezembro de 2015	<u>(16.977)</u>	<u>(5.912)</u>	<u>(3.910)</u>	<u>(26.799)</u>

Riscos classificados como prováveis – estão devidamente provisionadas na rubrica Provisão para riscos e discussões judiciais e representadas conforme abaixo descrito:

- Trabalhistas e previdenciárias: são representados por ações trabalhistas que buscam a recuperação de pretensos direitos trabalhistas, tais como: horas-extras, equiparação salarial e outros;
- Tributárias: são representadas por ações de compensação de PIS/ COFINS sobre crédito presumido de IPI, sobre exportações e créditos extemporâneos de ICMS.
- Outras: representados por Empréstimo Compulsório Eletrobrás.

Riscos classificados como possíveis- não têm provisões reconhecidas contabilmente e estão representadas por processos administrativos ou demandas judiciais conforme descrito abaixo:

a) *Tributárias*

- i) PIS E COFINS - Compensações do crédito presumido de IPI referente ao 1º e ao 3º trimestre de 2000 com débitos de PIS e COFINS não homologados pela fiscalização federal, efetuadas no exercício de 2003, no valor de R\$ 4,08 milhões, atualizado até 31 de dezembro de 2015.
- ii) CPMF – Compensações de créditos acumulados de IPI no período de 2002 a 2005 com débitos de CPMF. Referem-se a créditos reconhecidos parcialmente pelo Fisco, o qual entendeu que os mesmos seriam insuficientes uma vez que também incluiu aos débitos da CPMF multa de mora. O montante corresponde a R\$ 4,62 milhões, atualizado até 31 de dezembro de 2015.
- iii) CSLL/IRPJ e outros – Compensações de crédito de PIS/COFINS sobre exportação referente o 1º e 2º trimestres de 2004 com débitos da CSLL/IRPJ e outros, não homologadas pela fiscalização federal por contemplar vendas para a Zona Franca de Manaus. O montante é de R\$ 5,57 milhões, atualizado até 31 de dezembro de 2015.
- iv) Divergência de códigos de Contribuições Retidas; AI/05 de IPI/II Drawback/MG; AI/00 de IRPJ Lucro Inflacionário e compensação de IRRF e outros com saldo credor de IPI/06, não homologadas. A Companhia apresentou as respectivas defesas. O montante envolvido é R\$ 1,33 milhões, atualizado até 31 de dezembro de 2015.

b) *Previdenciárias*

- i) INSS e SAT sobre folha de pagamento e multas - Em novembro de 2007 foi lavrada notificação fiscal de lançamento de débito - NFLD pelo INSS, em razão de recolhimentos a menor de contribuições previdenciárias (INSS, SAT e terceiros) no período de 2002 a 2006. O montante envolvido é de R\$ 4,76 milhões, atualizado até 31 de dezembro de 2015.
- ii) INSS e Salário Educação - Compensações de Salário Educação com débitos de INSS e Salário Educação no período de janeiro de 1999 a fevereiro de 2002, mediante acórdão favorável transitado em julgado, o qual foi rescindido por decisão proferida em Ação Rescisória. A companhia apresentou recurso. O montante envolvido é de R\$ 5,71 milhões, atualizado até 31 de dezembro de 2015.

c) *Cíveis*

A Companhia é parte em quatro ações cíveis, entre as quais três no âmbito da justiça cível e uma na justiça federal, movidas por prestadores de serviços e INSS, referente a pedidos de indenização, perfazendo o montante de R\$ 3,67 milhões, atualizado até 31 de dezembro de 2015.

d) *Legislação vigente*

De acordo com a legislação em vigor no Brasil, os impostos federais, estaduais e municipais e os encargos sociais estão sujeitos a exame pelas respectivas autoridades por períodos que variam de 5 a 30

anos. As legislações nos demais países em que as controladas da Companhia operam possuem prazos prescricionais diferenciados.

17. INFORMAÇÕES SOBRE PARTES RELACIONADAS

a) Transações e saldos

Saldos patrimoniais e transações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014:

Com empresas consolidadas	Passivo circulante	
	31/12/2015	31/12/2014
Mangels Componentes da Amazônia Ltda.	(10.943)	452
Mangels International Corporation	(1.783)	(1.155)
E.Koga & Cia. Ltda. - EPP	(213)	(233)
Controladora	(12.939)	(936)

Os saldos acima apresentados são contratos de mútuo entre as empresas controladas pela Mangels Industrial S/A.

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Empréstimos e financiamentos	Passivo não Circulante	Passivo não Circulante
Com acionistas minoritários		
Caixa Econômica Federal	6.914	6.113

Todas as transações acima estão em condições pactuadas entre as partes.

b) Remuneração do pessoal-chave da administração – Consolidado

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores. O valor da remuneração paga ou a pagar, relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi de R\$5.456 (R\$ 4.603 em 31 de dezembro de 2014).

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, o capital social da Companhia está

dividido em 17.349.638 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 6.201.730 ordinárias e 11.147.908 preferenciais.

As ações preferenciais não gozam de direito a voto e não são conversíveis em ações ordinárias, todavia têm: prioridade no reembolso do capital no caso de liquidação da Companhia; direito ao recebimento de dividendo 10% maior do que o atribuído a cada ação ordinária e participação em igualdade de condições com as ações ordinárias na distribuição de ações bonificadas resultantes da capitalização de reservas, lucros, fundos ou correção monetária de qualquer natureza.

A posição acionária em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 está demonstrada a seguir:

Acionistas	31/12/2015					
	Ordinárias		Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Mangels S.A.	6.197.018	99,92	166	-	6.197.184	35,72
Robert Max Mangels	2	-	2.628.150	23,58	2.628.152	15,15
Caixa Econômica Federal	-	-	1.438.268	12,90	1.438.268	8,29
José Antonio Bortoluzzo Neto	-	-	1.200.000	10,76	1.200.000	6,92
Antonio Farina	-	-	1.090.000	9,78	1.090.000	6,28
André Ricardo Beim	-	-	761.300	6,83	761.300	4,39
Outros	4.710	0,08	4.030.024	36,15	4.034.734	23,25
Total	6.201.730	100,00	11.147.908	100,00	17.349.638	100,00

Acionistas	31/12/2014					
	Ordinárias		Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Mangels S.A.	6.197.018	99,92	166	-	6.197.184	35,72
Caixa Econômica Federal	-	-	1.438.268	12,90	1.438.268	8,29
Antonio Farina	-	-	1.300.000	11,66	1.300.000	7,49
José Antonio Bortoluzzo Neto	-	-	1.200.000	10,76	1.200.000	6,92
André Ricardo Beim	-	-	697.600	6,26	697.600	4,02
Outros	4.712	0,08	6.511.874	58,42	6.516.586	37,56
Total	6.201.730	100,00	11.147.908	100,00	17.349.638	100,00

b) Avaliação por custo atribuído

A realização da avaliação por custo atribuído da Companhia é realizada com base nas depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens avaliados e transferidos para prejuízos acumulados, considerando-se ainda os efeitos tributários das provisões constituídas.

c) Mercado de capitais

Os papéis da Mangels são negociados substancialmente nos pregões realizados na BM&F/BOVESPA. Em 31 de dezembro de 2015 havia em circulação no mercado, 4.706 ações

ordinárias e 7.422.792 ações preferenciais representando 42,81% do total de ações de emissão da Companhia, correspondendo a 0,08% das ações ordinárias e 66,58% das ações preferenciais.

19. RESULTADO POR AÇÃO

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	31/12/2015		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
Proveniente das operações continuadas	(51.344)	(92.294)	(143.638)
Resultado atribuível aos acionistas	<u>(51.344)</u>	<u>(92.294)</u>	<u>(143.638)</u>
Resultado básico e diluído por lote de mil ações de operações continuadas - R\$	(8,27902)	(8,27902)	(8,27902)
Quantidade média das ações ponderadas no período	6.201.730	11.147.908	17.349.638

	31/12/2014		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
Proveniente das operações continuadas	(15.855)	(28.500)	(44.355)
Resultado atribuível aos acionistas	<u>(15.855)</u>	<u>(28.500)</u>	<u>(44.355)</u>
Resultado básico e diluído por lote de mil ações de operações continuadas - R\$	(2,55654)	(2,55654)	(2,55654)
Quantidade média das ações ponderadas no período	6.201.730	11.147.908	17.349.638

O resultado por ação diluído é calculado ajustando-se a média ponderada da quantidade de ações preferenciais e ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações preferências e ordinárias potenciais que provocariam diluição. A Companhia não apresenta ações potenciais que provocariam diluição.

20. RESULTADO FINANCEIRO

20.1. Receitas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Juros sobre aplicações financeiras	2.239	1.568	3.199	2.470
Descontos obtidos	142	37	143	417
Deságio - recuperação judicial	-	2.826	-	2.874
Outras receitas	800	512	1.048	997
	<u>3.181</u>	<u>4.943</u>	<u>4.390</u>	<u>6.758</u>

20.2. Despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Tarifas Bancárias	(313)	(400)	(370)	(470)
Juros sobre empréstimos	(38.734)	(19.195)	(40.532)	(18.881)
Juros Passivos	(5.556)	(1.399)	(5.606)	(299)
Outras Despesas	(387)	(6.831)	(274)	(6.854)
	<u>(44.990)</u>	<u>(27.825)</u>	<u>(46.782)</u>	<u>(26.504)</u>

20.3. Variações monetárias e cambiais

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Variações monetárias e cambiais	(95.347)	(9.122)

21. DESPESA POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Matérias-primas consumidas	(213.333)	(230.224)	(237.957)	(268.207)
Outros custos, despesas e receitas	(64.523)	(72.196)	(67.104)	(77.747)
Despesas com pessoal	(103.036)	(95.401)	(106.911)	(98.990)
Depreciação e amortização	(18.938)	(18.412)	(20.127)	(19.601)
Despesa por natureza	<u>(399.830)</u>	<u>(416.233)</u>	<u>(432.099)</u>	<u>(464.545)</u>
Custo das mercadorias vendidas	(362.611)	(359.838)	(393.782)	(403.257)
Com vendas	(9.236)	(11.172)	(9.767)	(11.811)
Gerais e administrativas	(32.134)	(30.575)	(32.918)	(34.843)
Outras despesas/ receitas operacionais	4.151	(14.648)	4.368	(14.634)
Despesas por função	<u>(399.830)</u>	<u>(416.233)</u>	<u>(432.099)</u>	<u>(464.545)</u>

22. OUTRAS RECEITAS / DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Outras receitas operacionais				
Receita de impostos (extemporâneos)	3.072	10.755	3.072	10.916
Receita de venda de ativos	3.394	80	3.453	80
Benefício IRPJ - SUDAM	-	-	198	68
Outras receitas	3.922	124	3.922	124
	<u>10.388</u>	<u>10.959</u>	<u>10.645</u>	<u>11.188</u>
Outras despesas operacionais				
Provisão para processos contingenciais	(3.333)	(10.664)	(3.333)	(10.674)
Resultado na venda de ativos	(691)	(449)	(691)	(453)
Despesas com recuperação judicial	(879)	(7.072)	(879)	(7.072)
Multas diversas	(240)	(502)	(289)	(532)
Honorários advocatícios	(758)	(1.805)	(758)	(1.837)
Outras despesas	(336)	(5.115)	(327)	(5.254)
	<u>(6.237)</u>	<u>(25.607)</u>	<u>(6.277)</u>	<u>(25.822)</u>
	<u>4.151</u>	<u>(14.648)</u>	<u>4.368</u>	<u>(14.634)</u>

23. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS DE BENS E / OU SERVIÇOS

A seguir demonstramos a conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Receita Bruta	501.859	516.305	538.140	567.731
Impostos e taxas sobre vendas, cancelamentos e devoluções	(109.719)	(115.470)	(110.663)	(117.790)
Receita líquida	<u>392.140</u>	<u>400.835</u>	<u>427.477</u>	<u>449.941</u>

24. IMPOSTOS SOBRE O RESULTADO

A conciliação entre a despesa tributária e o resultado da multiplicação do lucro contábil pela alíquota fiscal brasileira nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 está descrita a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Operação continuada				
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(143.638)	(44.355)	(142.361)	(43.472)
Exclusão do resultado da equivalência patrimonial	(1.208)	(3.047)	-	-
Lançamentos de RTT que não geram constituição de diferido	-	5.896	-	5.896
Prejuízo após a exclusão do resultado da equivalência patrimonial	(144.846)	(41.506)	(142.361)	(37.576)
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal nominal de 34%	49.248	14.112	48.403	12.776
Ajustes para apuração da alíquota efetiva				
Despesas não dedutíveis	(764)	(1.498)	(764)	(1.498)
Ativo diferido não constituído	(49.847)	(31.422)	(49.847)	(31.422)
Outros	1.363	18.808	931	19.261
Imposto de renda e contribuição social - correntes	(0)	0	(1.277)	(883)
Despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(0)	0	(1.277)	(883)
Alíquota efetiva	0,0%	0,0%	0,9%	2,35%

O imposto de renda e a contribuição social são calculados conforme legislação e alíquota vigentes à data do balanço - alíquota de 25% para o imposto de renda e de 9% para contribuição social sobre o lucro. De acordo com as disposições da instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002, são registrados contabilmente os créditos tributários diferidos sobre as diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas.

a) Créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos

- (i) Em decorrência da expectativa de realização futura, a Companhia deixou de reconhecer impostos diferidos ativos acumulados no montante de R\$ 138.415 (R\$ 134.777 em 31 de dezembro de 2014) e aplicou os conceitos de ajuste a valor presente das projeções da Companhia.
- (ii) *Tributos diferidos ativos*: os saldos dos tributos diferidos ativos são compostos de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias referentes a provisões, cujo imposto será realizado quando do desfecho das correspondentes provisões. As atuais previsões de lucratividade futura da Companhia, descontadas a valor presente, não demonstraram lucro tributável no montante suficiente para suportar o imposto de renda e contribuição social diferido.

Abaixo demonstrado os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos, reconhecidos:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Imposto de renda sobre prejuízo fiscal	107.251	62.378
Contribuição diferida sobre base negativa	32.802	15.556
Diferenças temporárias		
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	(697)	385
Provisões para contingências	8.707	8.038
Provisões para PLR	1.366	181
Provisão para perdas em inventário	3.207	1.634
Provisão para perdas de imobilizado destinado a venda	807	7.987
Variação cambial - Regime de caixa	-	9.496
Provisão indedutível	58	460
Provisões Phase Out - SBC	6.987	8.173
Outros	1.391	26.848
Diferido não constituído em exercícios anteriores	(134.778)	(103.355)
Diferido não constituído neste exercício	(21.045)	(31.422)
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	6.057	6.359
Impostos diferidos sobre reavaliação de ativos	(6.057)	(6.359)
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos passivos	(6.057)	(6.359)
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos	-	-

As projeções de geração de resultados tributáveis futuros incluem várias estimativas referentes ao desempenho da economia brasileira e mundial, seleção de taxas de câmbio, volume de vendas, preços de vendas, alíquotas de impostos e outros que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Como a base tributável do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da estrutura tributária e societária da Companhia, da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, isenções e incentivos fiscais, e, diversas outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o resultado líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como indicativo único de lucros futuros da Companhia e suas controladas.

(iii) *Tributos diferidos passivos:* A Companhia calcula tributos diferidos passivos sobre as reavaliações efetuadas e está transferindo este valor para o resultado à medida de sua realização por depreciação ou baixa dos bens.

b) Subvenções governamentais

A Companhia através da sua controlada Mangels Componentes da Amazônia Ltda., localizada no Distrito Industrial, da cidade Manaus - AM, na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, goza do direito de redução do Imposto sobre a Renda e adicionais não restituíveis de 75%, calculados com base no lucro da exploração.

Tal incentivo tem como fundamento legal o artigo 23 do Decreto-lei nº 756/ 69, Decreto nº 94.075, de 5/5/1987, Art. 3º da Lei nº 9.532, de 10/12/2007, com alterações introduzidas pelo Artigo 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24/8/2001, com redação dada pelo Art. 32 da Lei nº 11.196, de 21/11/2005, e conforme o Art. 5º e Art.13 da Portaria nº 2.091-A, de 28/12/2007.

A redução do Imposto sobre a Renda, decorrente desse benefício, é contabilizada no resultado do exercício. Entretanto, ao final de cada exercício social, após a apuração do lucro líquido, o valor do incentivo fiscal é alocado à conta reserva para incentivos fiscais, no patrimônio líquido da controlada, como destinação parcial do lucro líquido apurado, cumprindo assim a disposição legal de não distribuir esse valor.

25. OPERAÇÃO DESCONTINUADA

A Companhia em 2012 descontinuou algumas unidades de negócios com o objetivo de otimizar os seus resultados, fortalecer a sua posição financeira e capitalizar a Empresa.

Os ativos estão disponíveis para venda imediata, podendo ser vendida a um potencial comprador no seu estado atual.

O encerramento total das atividades desenvolvidas na planta de São Bernardo do Campo ocorreu em julho de 2013, inclusive com as vendas de certos ativos. A alienação total dos ativos é parte integrante do plano de recuperação judicial.

As principais classes de ativos e passivos do negócio de Aços, classificados como mantidos para venda em 31 de dezembro de 2015 e 31 dezembro de 2014, são:

	31/12/2015	31/12/2014
Ativo		
Circulante		
Contas a Receber	3.394	107
Estoques	2	162
Demais ativos	680	600
	<u>4.076</u>	<u>869</u>
Não Circulante		
Imobilizado destinado a venda	85.321	92.938
(-) Ajuste ao valor justo de venda e despesas a incorrer na alienação	(17.064)	(19.714)
Ativo imobilizado	715	704
Ativo intangível	270	416
Demais ativos	3.602	3.437
	<u>72.844</u>	<u>77.781</u>
	<u>76.920</u>	<u>78.650</u>
Passivo		
Circulante		
Fornecedores	232	2.205
Outros passivos	1.771	1.049
Obrigações diretamente associadas a descontinuidade do negócio	21.068	18.302
	<u>23.071</u>	<u>21.556</u>
Não Circulante		
Outros passivos	3.543	3.884
Obrigações diretamente associadas a descontinuidade do negócio	3.800	3.800
	<u>7.343</u>	<u>7.684</u>
	<u>30.414</u>	<u>29.240</u>
Ativos líquidos diretamente associados a descontinuidade do negócio	<u>46.506</u>	<u>49.410</u>